

Obs: Sem Relatório



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CÍVEL  
**ÓRGÃO COMARCA:** RECIFE - 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
**PROCESSO Nº:** 82.366-5  
**TIPO:** AGRAVO DE INSTRUMENTO  
**AGRAVANTE(S):** BORBOREMA IMPERIAL TRANSPORTES LTDA  
**AGRAVADO(S):** EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS - EMTU/RECIFE  
**RELATOR:** Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

5490  
**EMENTA:** DIREITO CIVIL E ADMINISTRATIVO - TRANSPORTE PÚBLICO DE PASSAGEIROS - GERENCIAMENTO DA RECEITA OPERACIONAL DECORRENTE DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO REGULAR - PORTARIA Nº 260/92, DA EMTU - EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS - CUSTOS DESPENDIDOS SUPERIORES A CONTRAPARTIDA RECEBIDA - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INDEFERIDA PELO JUÍZO A QUO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA RECURSAL CONCEDIDA - OBRIGAÇÃO DA EMTU EM MANTER O SISTEMA VIÁVEL (ARTIGO 8º, DA PORTARIA Nº 260/92) - POSSIBILIDADE DE DESCONTINUIDADE DO SERVIÇO - PREJUÍZOS AOS USUÁRIOS DO SISTEMA - RECURSO PROVIDO - AGRAVOS REGIMENTAIS PREJUDICADOS PELO JULGAMENTO DE MÉRITO DO RECURSO PRINCIPAL - DECISÃO UNÂNIME.

- Deve ser cumprido o instrumento vinculante que garante a justa remuneração pela prestação de serviço de transporte público de passageiros, impedindo que os custos despendidos se tornem superiores a contrapartida recebida, sob pena da interrupção dos serviços com prejuízos aos usuários.

- Prejudicados os Agravos Regimentais nºs 82.366-5/02 e 82.366-5/03, por força do esgotamento da matéria de mérito do agravo de instrumento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos do Agravo de Instrumento nº 82.366-5, tendo como Agravante BORBOREMA IMPERIAL TRANSPORTES LTDA e Agravada EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS - EMTU/RECIFE, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargador componentes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar provimento ao Agravo de Instrumento, mantendo os termos da decisão interlocutória que concedeu a tutela recursal, para que a EMTU ou sua sucessora na regência do Sistema de Transporte Públicos de Passageiros, cumpra o disposto na



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

Portaria nº 260/92, principalmente a provisão contida no artigo 8º daquele regramento, implementando as medidas que garantam o superávit do sistema, tudo nos exatos do voto do Relator.

Recife,

22/12/2009

Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**  
ÓRGÃO COMARCA: **RECIFE - 8ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
PROCESSO Nº: **82.366-5**  
TIPO: **AGRAVO DE INSTRUMENTO**  
AGRAVANTE(S): **BORBOREMA IMPERIAL TRANSPORTES LTDA**  
AGRAVADO(S): **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES**  
**URBANOS - EMTU/RECIFE**  
RELATOR: **Desembargador SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

**VOTO:**

Trata-se, na essência, de recurso que visa o implemento do contido em instrumento normativo que regula o gerenciamento da receita operacional decorrente da execução do serviço regular e alimentador de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife, consubstanciado na Portaria 260/92, da EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.

Pois bem, sob o argumento de que deve ter a justa remuneração pela prestação de serviço de transporte público de passageiros, já que os custos despendidos são superiores a contrapartida recebida, a agravante interpôs ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de antecipação de tutela, a fim de ver cumprido o disposto no art. 8º, da Portaria 260/92, que obriga a EMTU a manter o sistema de transporte público superavitário e, para tanto, pede para que seja remunerada em 100% (cem por cento) dos seus custos.

Na decisão vergastada, o togado monocrático indeferiu a tutela protecional antecipada, sendo certo que aquela foi alcançada pelo pronunciamento judicial exarado nestes autos pelo então Relator do recurso, ocasião em foi determinado que a EMTU/RECIFE, promovesse o implemento do contido art. 8º, da Portaria 260/92, que possui a seguinte redação:

"Art. 8º. Verificado déficit em dois períodos de apuração consecutivos, serão adotadas pela EMTU/Recife as providências necessárias, com vistas a um possível restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da conta gráfica no período de apuração.

PARÁGRAFO ÚNICO - As medidas referidas no 'caput' deste artigo incluem a adequação da programação a ser executada, a revisão do valor da tarifa, a introdução de recursos extratarifários ou outras medidas que venham a ser sugeridas pela Comissão referida no art. 16 desta Portaria".

Palácio da Justiça - 1º andar - Rua do Imperador, s/n, Santo Antônio - Recife - PE - Fone: 3419.3277.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

É importante frisar que o chamado "período de avaliação" compreende o tempo de um trimestre e nele encerram-se 06 (seis) "períodos de apuração", correspondentes a uma quinzena cada (Incisos XXXIX e XL, do art. 4º, da Portaria 260/92).

É certo, também, que do regramento consta que entre períodos de apuração consecutivos, o déficit do anterior poderá ser compensado no posterior, dentro do mesmo período de avaliação e dentro de um trimestre inteiro, essas diferenças poderão ser compensadas, e, caso as configurações do sistema (tarifas, receitas complementares, despesas) se mostrem inviáveis, deve ser alterada a sistemática, como exposto no art. 8º, citado no Parágrafo único do art. 11.1, que afirma:

"Art. 11. Quando o Montante Disponível não for suficiente para cobrir as Remunerações Devidas das participantes (empresas de transporte), serão calculadas as diferenças entre a Remuneração do Período e a Remuneração Devida de cada participante, para serem consideradas no próximo Período de Apuração.

PARÁGRAFO ÚNICO - Efetuados os ajustes indicados no art. 8º desta Portaria e persistindo o déficit a que se refere o caput deste artigo, não será o mesmo absorvido no Período de Avaliação subsequente, devendo ser rateado entre as participantes, de acordo com os critérios ora estabelecidos.

Como se vê, embora a simples alegação e solitária indicação de prejuízos advindos de falhas no sistema, não conduza, obrigatoriamente, para o albergue da tese defendida pela ora agravante, não se pode deixar de destacar que o regramento do sistema prevê mecanismos de garantia para o equilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado entre as partes.

Não se pode, também, negar, que nos contratos administrativos se deve sempre buscar o equilíbrio econômico-financeiro e a Administração deve atuar com absoluta lisura e respeito ao instrumento de vinculação:

"Enquanto o particular procura o lucro, o Poder Público busca a satisfação de uma utilidade coletiva. Calha, pois, à Administração atuar em seus contratos com absoluta lisura e integral respeito aos interesses econômicos legítimos de seu contratante, pois não lhe assiste minimizá-los em ordem a colher benefícios econômicos suplementares ao previsto e hauridos em detrimento da outra parte. Para tanto, o que importa,

Palácio da Justiça - 1º andar - Rua do Imperador, s/n, Santo Antônio - Recife - PE - Fone: 3419.3277



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Desembargador **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

obviamente, não é a "aparência" de um respeito ao valor contido na equação econômico-financeira, mas o real acatamento dele. De nada vale homenagear a forma quando se agrava o conteúdo. O que as partes colimam em um ajuste não é a satisfação de fórmulas ou de fantasias, mas um resultado real, uma realidade efetiva que se determina pelo espírito da avença; vale dizer, pelo conteúdo verdadeiro convencionado." - (BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 25ª ed., revista e atualizada até a Emenda Constitucional 56, de 10.12.2007, 2ª tiragem. São Paulo. Malheiros, 2008, p.632-633).

Ora, a previsão no instrumento de regulação do sistema de transportes de preservação do superávit como garantia ao contratante de que aquele não venha amargar prejuízos na prestação dos serviços contratados, não se mostra absurda ou ilegal, muito ao revés, o que se persegue no embate instalado é o cumprimento das regras garantidoras ajustadas anteriormente e, sem as quais, quiçá, a agravante não tivesse aderido ao sistema.

Realce-se, por oportuno, que se a Administração tivesse cumprido a sua parte no ajuste, implementando as medidas necessárias e previstas para garantir a viabilidade do sistema, evitando prejuízos às partes envolvidas no contrato, inclusive, com a possibilidade de descontinuidade dos serviços contratados, certamente a agravante não seria forçada a interpor demanda a fim de obrigar a empresa reguladora do sistema a cumprir as regras previamente estabelecidas.

Palmilhando nessa trilha, entendo que o recurso manejado merece albergue, razão pela qual dou provimento ao agravo de instrumento interposto, mantendo os termos da decisão interlocutória antes proferida, para que a agravada EMTU ou sua sucessora na regência do Sistema de Transporte Público de Passageiros, cumpra o disposto na Portaria 260/92, principalmente a previsão contida no artigo 8º daquele regramento, implementando medidas que garantam o superávit do sistema.

Por força do esgotamento da matéria de mérito do agravo de instrumento, restam prejudicados os Agravos Regimentais de nºs 82.366-5/03 e 82.366-5/02, razão pela qual determino o arquivamento dos mesmos.

É como voto.

Recife,

11/12/2005

  
Desembargador **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**  
Relator